



4342 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT05 - Estado e Política Educacional

EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA: DISCURSO OU PRÁTICA?

Inalda Maria dos Santos - UFAL - Universidade Federal de Alagoas

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

O presente texto apresenta um estudo de natureza qualitativa que teve como objetivo realizar uma análise da concepção de democracia a partir da percepção da literatura e dos sujeitos inseridos no contexto de uma escola pública. No texto problematizamos as concepções de democracia e sua relação com a educação, tomando por referência estudiosos da área como Benevides (1996), Cervi (2013), Masschelein & Simons (2014), Mendonça & Vieira Júnior (2014), Rancière (2014), Teixeira (1994), Oliveira (2009), dentre outros. Nas considerações finais, encontram-se as reflexões da análise dos dados e da literatura sobre a temática.

Palavras-chave: Democracia – Educação – Concepções

Introdução

A problematização em torno do sentido da democracia na sociedade e nas políticas de educação consiste numa questão fundamental, principalmente se levarmos em consideração a conjuntura política e econômica que o Brasil vive atualmente de desmonte das conquistas sociais e educacionais. Em face ao debate contemporâneo insere-se o objetivo desta comunicação que consiste em apresentar resultados da pesquisa realizada no âmbito do pós-doutorado, a qual buscou apreender as concepções e práticas de democracia/democratização que emergem no cotidiano da escola.

Metodologia

Do ponto de vista metodológico, foi realizada entrevista semi-estruturada com integrantes do Conselho da Escola com o propósito de perceber as concepções de democracia, tomando como base para o tratamento e análise dos dados, a análise de conteúdo, de acordo com as sugestões que são encontradas em Bardin (1977).

Neste texto, faremos um recorte do trabalho de pesquisa, apresentando as concepções teóricas sobre democracia que subsidiou a análises dos dados. Assim sendo, a fundamentação teórica contou com as contribuições de autores que discutem democracia e educação tais como: Benevides (1996), Cervi (2013), Masschelein & Simons (2014), Mendonça & Vieira Júnior (2014), Rancière (2014), Teixeira (1994), Oliveira (2009), dentre outros.

Desenvolvimento

Trazendo o debate para o campo teórico acerca da relação educação e democracia no contexto brasileiro, retomamos o pensamento de Anísio Teixeira que na década de 1920 chamava atenção para a necessidade de romper com um modelo de sociedade marcada pelas desigualdades sociais e educacionais e na sua obra "Educação não é privilégio" defende como postulando democrático a construção de uma educação fundamental e comum. O que implica numa *consciência democrática*, ou seja, no esforço de estender educação para todos.

Assim sendo, alerta para a necessidade de uma nova política educacional em que o governo dentro do princípio democrático deverá oferecer aos brasileiros uma escola primária fundamental para os cidadãos. Neste sentido, afirma que as "democracias, porém, sendo regimes de igualdade social e povos unificados, isto é, com igualdade de direitos individuais e sistema de governo de sufrágio universal, não podem prescindir de uma sólida educação comum, a ser dada na escola primária. (TEIXEIRA, 1994, p.104).

Numa direção semelhante, Benevides (1996), apresenta uma argumentação na defesa da educação para a democracia, entendida como a universalização do acesso de todos à escola e na formação de todos (povo e governantes), como uma condição indispensável para a cidadania ativa.

Vale a pena destacar a distinção que a autora faz entre educação democrática e educação para a democracia. Como pode ser percebido com a citação abaixo:

a educação para a democracia não se confunde nem com democratização do ensino – que é certamente, um pressuposto – nem com educação democrática. Esta última é um meio, necessário mas não suficiente, para se obter aquela. A verdade é que, sem dúvida, uma organização democraticamente constituída pode desenvolver-se, no plano pedagógico, sem incluir a específica educação para a democracia (BENEVIDES, 1996, p. 227)

Percebe-se que a educação política constitui a premissa de um processo amplo, político e social que envolve a formação do cidadão livre e democrático, o que em síntese resulta a educação para a democracia.

Considerando a luta democrática que antecedeu o processo de redemocratização do país, a sociedade brasileira vem passando por um reordenamento profundo nas diversas esferas societárias. Esse reordenamento está expresso na Constituição Federal promulgada em 1988 e no campo educacional, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 que reforça o princípio da gestão democrática no ensino público já previsto na Constituição.

A compreensão acerca do que é a democracia e sua relação com educação não é unânime, existe uma variedade de concepções.

A concepção de democracia de Oliveira (2009) parte do entendimento de que a democracia não consiste apenas num regime político, mas um sistema social em que deve haver o reconhecimento e o respeito mútuo dos diferentes grupos sociais. Parte da premissa de que, para que tenhamos uma ação efetiva na construção da *democracia social*, a mesma no conjunto de suas exigências requer “não apenas a socialização dos meios de produção econômica como também dos meios de decisão política, além da democratização dos sistemas de autoridade em todas as esferas da vida social” (p. 26).

Uma análise pertinente sobre a democracia no Brasil se baseia nos argumentos desenvolvidos por Cervi (2013), a qual destaca a centralidade que a democracia assumiu no debate junto à sociedade na década de 1980 e a exigência da “escola como um lugar para aprender a exercer a democracia” (p. 107), bem como a estreita relação entre esta e a função social da escola.

Numa outra perspectiva, ao apresentar a sua concepção de democracia, Rancière parte de um pressuposto de que existe *um ódio à democracia*. Ele tem uma posição contrária a ideia minimalista de democracia atual:

As democracias realmente existentes não fazem a menor questão de que sejam construídas vontades coletivas. Para elas, é suficiente admitir formalmente que os parlamentos são locais onde o pluralismo político tem o seu lugar. Os cidadãos estão acostumados a acreditar no bordão democrático de que as assembleias representativas são o re?exo da sociedade (MENDONÇA & VIEIRA JÚNIOR, 2014, p.112).

A partir dessa crítica à democracia representativa, Rancière parte da concepção de democracia como dissenso, ou seja, “a experiência da distância das coisas. Tal distância representa o momento em que o homem age para que sua voz possa ser ouvida, mas sempre permanecendo a uma distância adequada” (MENDONÇA & VIEIRA JÚNIOR, 2014, p.113).

A partir dessa perspectiva, compreendemos que na realidade da escola brasileira muito fortemente guiada pela meritocracia, pela inteligência como algo dado (natural) e na lógica da explicação de alguém que sabe e outro que não sabe, segundo Rancière (2014) essa escola produz desigualdades e se distancia de ser lugar de democracia.

Assumindo a escola para a democracia como sendo a escola da igualdade assim é definido:

A escola da igualdade não é uma escola igualitária ou uma escola meritocrática; não é nem uma escola que visa resultados iguais, nem uma escola que oferece oportunidades iguais. A forma da escola inclui um pressuposto ou opinião de igualdade ao colocar os alunos em um novo tempo, e novamente em uma posição igual para se começar. É a escola na qual diríamos que momentos “democráticos” podem surgir, onde professores e alunos estão expostos uns aos outros como iguais em relação a um livro, um texto, uma coisa (MASSCHELEIN & SIMONS, 2014, p. 119).

Enfim, a escola da igualdade em que podem surgir momentos “democráticos” é uma escola irreal, se pensarmos a realidade brasileira, porque é uma escola que tem como finalidade atender resultados de avaliação, uma escola muito focada na questão de formar profissões. Neste sentido, a escola brasileira precisa rever posturas e práticas. Posturas de professores, gestores, funcionários, estudantes e comunidade e práticas cristalizadas e muitas enquadradas em modelos disciplinares. Enfim romper com essa realidade implica buscar novos caminhos para construir uma escola, seu papel, aprendizagem e formação.

Conclusão

A importância da reflexão sistemática sobre a experiência democrática permite perceber/analisar criticamente os limites e alcances da democracia e a educação, buscando apreender o modo com esta vem sendo vivenciada, bem como superar os entraves que impedem a busca de uma prática social calcada na participação, no debate coletivo e nos processos de decisão.

Por meio das análises, os resultados evidenciaram que a noção de democracia que predomina nos discursos é a democracia representativa como aquela em que a participação está assegurada como direito legal de todos. A democracia como política (entendida como política partidária), sintetiza a ideia de que a manifestação da cidadania ocorre nesses momentos “democráticos” em que escolhemos os nossos representantes, garantindo o direito de voz e voto.

Numa posição crítica, Rancière (2014) adverte que a democracia representativa leva as pessoas ao comodismo distanciando-se da *democracia como dissenso*, a *democracia como igualdade*. Em síntese, não temos na prática, a vivência de uma democracia que resulte de um posicionamento crítico dos sujeitos sobre os destinos da sociedade e da educação.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a Democracia. São Paulo: Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 38, 1996.

CERVI, Gicele. Política de gestão escolar na sociedade de controle. Rio de Janeiro: Achiamé, 2013.

GHANEM, Elie. Educação escolar e democracia no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica/ Ação Educativa, 2004.

LIMA, Antonio Bosco de. Estado, democracia e educação. In: FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago; ZANARDINI, Isaura Monica Souza; DEITOS, Roberto Antonio (Orgs.) Educação, políticas sociais e Estado no Brasil. Cascavel: EDUNIOESTE; Curitiba: Fundação Araucária, 2008.

MASSCHELEIN, Jan & SIMONS, Maarten. A pedagogia, a democracia, a escola. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 – (Coleção Educação: Experiência e Sentido).

MENDONÇA, Daniel & VIEIRA JUNIOR, Roberto. Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 13. Brasília, janeiro – abril de 2014, pp. 107-136.

RANCIÈRE, Jacques. O Ódio à Democracia. São Paulo: Biotempo Editorial, 2014.

SANTOS, José Everaldo dos & BOTLER, Alice Happ. Gestão Democrática da Escola: O governo das organizações educativas pernambucanas. In: *XXI Encontro de pesquisa do Norte e Nordeste (EPENN): Internacionalização da Educação e Desenvolvimento Regional: implicações para a pós-graduação*. Recife: UFPE, 10 a 13 de novembro de 2013.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Sobre a democracia. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de (org.). *Democracia no cotidiano da escola*. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: CNPq, 2009.

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. 5. Edição. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. Edição organizada e comentada por Maria Cassim.